

Decisão na Funai só na próxima semana

Somente na próxima semana será dada uma definição para a questão criada pela ameaça de demissão do engenheiro Ademar Ribeiro da Silva da presidência da Fundação Nacional do Índio. O encontro previsto para ontem do dirigente da Funai com o ministro Mário Andreazza, do Interior, quando seria entregue o pedido de demissão anunciado por uma nota à imprensa no final da semana passada, foi adiado para a próxima semana, porque o ministro pretende que o caso "esfrie" o suficiente para que possa pedir ao seu auxiliar que continue no cargo.

Ontem, em Brasília, uma suposição tomou corpo entre funcionários da Funai e religiosos ligados à questão indianista, relacionando o pedido de demissão a uma jogada para reforçar Ademar Ribeiro no cargo, tendo em vista as inúmeras pressões que vem recebendo de diversos setores descontentes com sua atuação à frente do órgão. Esta hipótese foi fortalecida por uma entrevista do próprio Ademar Ribeiro, quando disse que qualquer explicação seria protelada para "depois da conversa com o amigo e chefe" (o ministro).

ANDREAZZA

O ministro Andreazza convocou uma entrevista coletiva para dizer que tinha ciência do pedido de demissão de seu auxiliar, mas que fará "todo o esforço possível no sentido de obter sua permanência frente à Funai". Por isso achou melhor adiar o encontro, previsto para ontem, para depois de uma viagem ao Nordeste (onde participará de uma reunião do Conselho da Sudene), "quando o caso estiver mais frio". Ele negou as pressões que estariam forçando a saída de Ademar Ribeiro, além de elogiar o seu trabalho à frente do órgão. Garantiu, ainda, a demarcação das reservas indígenas até 1981, previsão que reforçou com a liberação de uma dotação de verbas do Fundo de Assistência Social — FAS —, na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Social.

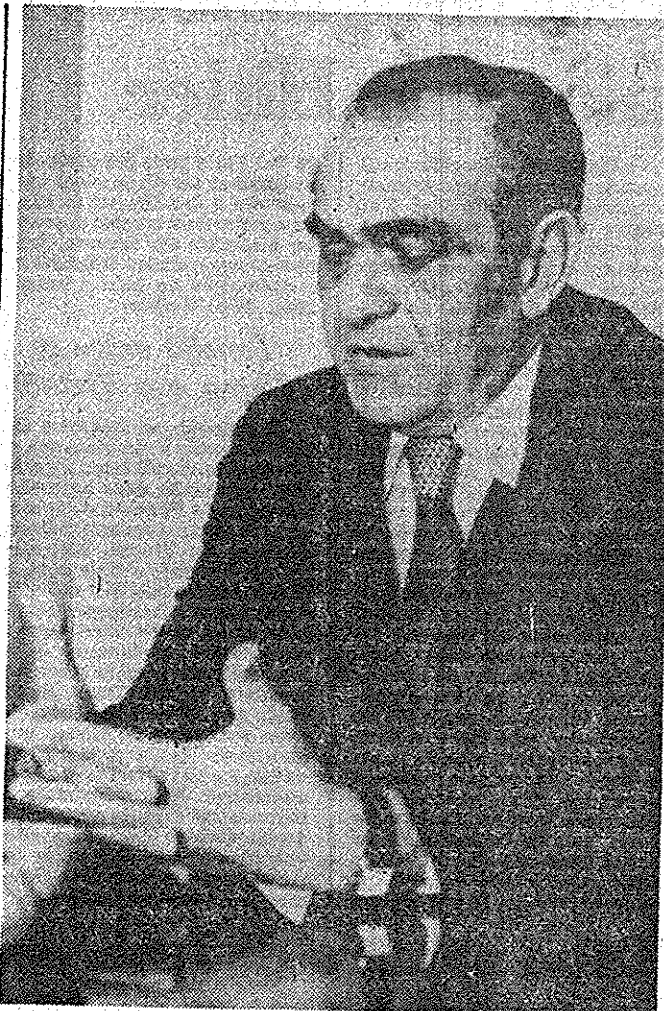
Já o presidente da Funai, também em entrevista coletiva na tarde de ontem, não parecia exatamente um demissionário,

pois durante todo o tempo falou dos planos da Funai para o futuro, dizendo que "pretendemos fazer" ou "faremos". Apesar de reticente, negando qualquer esclarecimento, até mesmo quanto à nota distribuída à imprensa, ele demonstrou bastante tranquilidade, dizendo preferir aguardar o encontro da semana que vem para se pronunciar.

Ademar Ribeiro disse estar "bastante agradecido ao ministro Andreazza", principalmente depois de ouvir uma fita gravada na entrevista de momentos antes, mostrada por um repórter, quando tomou conhecimento dos elogios feitos a ele. Disse, então, que não poderia ter levado a efeito o trabalho que tem realizado à frente da Funai sem a força e interesse demonstrados por Andreazza pela política indigenista.

E como se pretendesse continuar efetivamente no cargo, Ademar Ribeiro falou de questões da Funai que devem, segundo ele, ser resolvidas em futuro próximo, ligadas à sua própria concepção da política para o setor. Mencionou o propósito de modificar os quadros da Funai, elevando o nível do pessoal e colocando as pessoas em áreas que dominem melhor, além de afirmar que o maior sucesso do órgão ainda não foi alcançado, que é o de encaminhar a sua própria reformulação institucional, mudando suas funções e descentralizando o poder.

Esta, aliás, tem sido apontada como uma das principais causas para as pressões que ele estaria recebendo, especialmente depois da demissão do general Demócrito de Oliveira do Departamento Geral do Patrimônio Índio, órgão que foi reformulado, passando a não mais manipular como um todo o patrimônio da Funai. Segundo o presidente interino do Conselho Indigenista Missionário, padre Egidio Schwade, o general Demócrito, atual chefe da coordenação da Amazônia, órgão da própria Funai, estaria aliado ao governador de Roraima, no sentido de impedir a criação do Parque Yanomami, pretendida por Ademar Ribeiro.



Ademar Ribeiro pode não pedir demissão

Arquivo

Depois da crítica, a defesa

O anúncio do nome de Ademar Ribeiro da Silva para presidir a Fundação Nacional do Índio, em janeiro, chegou a provocar sorrisos irônicos e um clima de incerteza quanto ao futuro do órgão, porque, mais uma vez, o governo decidia indicar alguém sem tradição na área da Funai. Além disso, lamentava-se que o cargo seria ocupado por uma pessoa diretamente ligada à construção de estradas de rodagem — ele tinha sido o diretor-geral do DNER —, o que representa um dos principais problemas enfrentados pelos índios brasileiros, pois não é raro as rodovias atravessarem as suas terras.

Mineiro de Juiz de Fora, Ademar Ribeiro da Silva formou-se em engenharia rodoviária em 1949 e, desde então, passou grande parte de sua vida no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do qual se afastou entre 1955 e 1966 para exercer a direção da Hidrominas e da Companhia Estadual de Telecomunicações, também de Minas Gerais.

Durante sua gestão à frente do DNER, seu nome foi comentado com maior destaque em três ocasiões. A primeira, quando denunciou a falsificação de 904.866 quitações da Taxa Rodoviária Única, em fins de 1976. Um ano depois foi acusado pelo deputado Mário Frota (MDB-Amazonas) de estar envolvido num contrabando inter-

ceptado naquele ano na BR-319, próximo a Manaus, avaliado em Cr\$ 1 milhão. Ele negou a acusação e pediu ao ministro dos Transportes a apuração das denúncias.

Quando da nomeação para a Funai, havia a favor do engenheiro Ademar Ribeiro da Silva só dois dados: o fato de ele ter servido de mediador entre os responsáveis pela construção da Transamazônica e os índios da região, que tinham suas terras alcançadas pelas obras, e os elogios de seu antecessor na presidência da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, que o definiu como "homem calmo, de diálogo e de cooperação".

Mas quando o novo presidente da Funai assumiu o cargo no governo Figueiredo, as opiniões de sertanistas e antropólogos a seu respeito se modificaram, pois ele anunciou uma política de portas abertas para os índios. "Acho que o índio não é bem o problema. O problema somos nós. A melhor coisa que se pode fazer com o índio é respeitar sua maneta de viver, sem entrar em suas terras", disse Ribeiro da Silva.

É por isso, e pelo seu propósito de vetar o projeto de emancipação dos índios e demarcar as suas terras, entre outras iniciativas, que hoje todos aqueles que criticaram a nomeação do engenheiro Ademar colocaram-se contra sua decisão de demitir-se da direção da Funai.